

AO JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA DE BRASÍLIA.

**XXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, menor impúbere, profissão, nascido em xx/xx/xxxx, natural de XXXX/XX, filho de XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXX - XXX/XX e CPF nº XXXXXXXXXXXX, **representado por sua genitora, XXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, nascida em xx/xx/xxxx, natural de XXXX/XX, filha de XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX - XXX/XX e CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX (trabalho), não possui correio eletrônico, vem à presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** (artigo 98 do CPC), ajuizar a presente

**AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA  
ALIMENTOS**

em face de **XXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, filho de XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX - XXX/XX e CPF nº XXXXXXXXXXXX, **endereço de residência desconhecido**, podendo ser encontrado em seu local de trabalho, qual seja, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/XX, CEP: XXXXXXXXXXXX**, telefones: (XX) XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXX, **demais dados desconhecidos**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

**PRELIMINAR - DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO REQUERENTE:**

Preliminarmente, a genitora do autor esclarece que não reúne condições financeiras para arcar com o pagamento de advogado bem como das custas processuais.

## **I - DOS FATOS:**

O requerido foi compelido judicialmente a cumprir encargo alimentar em favor do requerente no importe mensal de 36,14% (trinta e seis vírgula quatorze por cento) do salário mínimo, conforme termo de audiência de conciliação firmado em XX/XX/XXXX, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Promotoria de Justiça de Defesa da Comunidade - Prociadã - colacionado a esta inicial.

Referido valor deve ser depositado mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, na conta bancária de titularidade da representante do requerente, qual seja, XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, mantida junto ao XXXXXX S/A, Agência XXXXXXXXXXXX, Conta Corrente nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

Ocorre que o requerido tem atrasado de forma rotineira os repasses da verba alimentar, causando transtornos ao requerente.

Por oportuno, o requerente esclarece que sua genitora descobriu o ente empregador do requerido, qual seja, XXXXXXXXXXXXXXXX, cujo endereço está inserto na qualificação desse, pois desconhece o endereço de sua residência.

Para se evitar os infortúnios do atraso no pagamento da verba alimentar, o requerente pleiteia que a obrigação do requerido seja descontada diretamente de sua folha de pagamento e depositado mensalmente na conta bancária da genitora do autor, cujos dados já foram informados nesta inicial.

Pelo exposto, não resta alternativa ao requerente senão a busca da tutela jurisdicional para ver deferida a modificação de cláusula, com o fito de o valor da verba alimentar ser descontado diretamente na folha de pagamento do requerido.

#### **V - DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
- b) A intimação do Ilustre membro do Ministério Público;
- c) A realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do que dispõe o inciso VII, do artigo 319, do CPC;
- d) Frustrada a audiência, a citação da ré, para apresentar defesa, no prazo legal, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- e) A procedência do pedido para modificar a cláusula da forma de o requerido cumprir a obrigação alimentar, qual seja, ao invés de efetuar os depósitos diretamente na conta bancária da genitora do requerente, seja oficiada a empresa XXXXXXXXXXXXX, localizada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, para que efetue o desconto dos alimentos na folha de pagamento do requerido e efetue os depósitos

mensalmente na conta bancária de titularidade da genitora do requerente, já indicada nesta inicial;

- f) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorárias advocatícias, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária - PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), deverão ser depositados no Banco de Brasília S/A - BRB, Código do Banco 070, Agência 100, conta 013251-7 / PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial pelos documentos colacionados a esta inicial.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXXXXXXXXX de XXXX.

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX** - menor impúbere

Requerente

Representado por sua genitora **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Requerente

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Colaborador – XXXXXXXXX

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Defensor Público do Distrito Federal